



VIVENCIANDO A INCLUSÃO DO DISCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA DE ENSINO PÚBLICO

Autores: Paulo de Sousa Ferreira.
Felipe Álamo Matos de Oliveira.
Janielles Oliveira Brito.
Orientadora: Jaqueline Gomes Herculano.

Universidade Regional do Cariri – URCA. Email; Paulo92sousa@gmail.com
Universidade Regional do Cariri – URCA. Email; f.geography@hotmail.com
Universidade Regional do Cariri – URCA. Email; janieleoliveira2009@hotmail.com
Colégio Estadual Wilson Gonçalves. Email; Jacqueline_herculano@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva analisar os desafios enfrentados por um aluno com perda total da percepção visual em seu processo de aprendizagem no ensino regular na Escola de Ensino Médio Colégio Estadual Wilson Gonçalves na cidade de Crato/CE. Diante desta problemática vigente, fez-se oportuno o levantamento teórico e a participação direta em sala de aula por meio da observação na prática pedagógica e aplicação de questionário aberto e fechado ao aluno e aos professores de História e Matemática. Os resultados evidenciaram que o processo de inclusão propagado na instituição anteriormente citada tem ocorrido de forma positiva e que, a importância da inclusão do deficiente visual no ensino regular e na sociedade, fortalece o sentimento de ter uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Ensino Regular. Inclusão.

Introdução:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular tem se intensificado cada vez mais nas escolas públicas, desde o acordo firmado na Espanha em 1994, conhecido como Declaração de Salamanca. Vários países se comprometeram em promoverem alternativas educacionais para todas as pessoas. Partindo disso, coube (ou cabe) à escola repensar e reestruturar sua padronização física e prática pedagógica do

ensino-aprendizado a fim de que a inclusão seja similar a todas as pessoas.

Incluir pessoas com alguma necessidade especial seja ela física, motora, sensorial ou múltiplas na escola regular é ultrapassar a barreira imposta no passado. Cito o aluno D.V deficiente visual, que não deve estar sujeito ao sistema educacional, mas, a instituição escolar adaptada a ele. Logo, o presente trabalho por meio dessa pesquisa analisa os desafios enfrentados por



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

um aluno cego em seu desempenho escolar no estabelecimento de Ensino Médio Colégio Estadual Wilson Gonçalves, situado na cidade Crato/CE.

Diante da oportunidade, construiu-se o levantamento teórico através de artigos e revistas em *sites*, livros, dentre outros. Na pesquisa de campo, foram aplicados questionários: um com dois professores (Matemática e História) e o outro com o discente D.V do 3º ano do Ensino Médio, entre os dias 7 a 10 de dezembro de 2015. Foi observada a prática pedagógica em sala de aula no cotidiano do aluno. Os procedimentos tiveram como propósito identificar como acontece a inclusão da pessoa com necessidade educacional especial no âmbito escolar.

Os sujeitos apresentados no decorrer deste trabalho (aluno e professores) estão caracterizados com nomes fictícios para preservação da integridade dos mesmos.

Enfatizando um pouco o contexto histórico da “deficiência visual”

Antes de aprofundar no contexto da deficiência, é importante observar o que pode ser encontrado no significado dos termos, deficiente e deficiência. Rocha (1996. p. 187) expõe que deficiente é o “[...] incompleto, falho, imperfeito [...]”. Assim, Costa (2012. p. 33, 34), constitui que:

A deficiência visual é caracterizada pela diminuição da resposta visual, a qual pode ser: leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira).

Assim, percebe-se a diferença entre a pessoa dita “normal” e a D.V é a perda visual considerada em três níveis, limitando algumas ações da pessoa. No entanto, essa dificuldade não impede que a mesma seja ‘educada’ principalmente deixe de frequentar a escola, que por sua vez essa (instituição) deve promover o desenvolvimento de suas habilidades.

Portanto, apesar dos obstáculos impostos pela sociedade quando nos referirmos ao processo de inclusão, é inquestionável que todos são capazes de aprender e superar obstáculos. Em concordância com o exposto, o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial (2005. p. 17), registra o caso de Louis Braille, deficiente visual e precursor da criação do Sistema Braille. O mesmo desenvolveu a escrita e leitura “para quem não consegue enxergar”, invento de alto relevo que possibilita a formação educacional para pessoas cegas. Essa ferramenta vem criando novo caminho para a inclusão de muitas pessoas no mundo, desde sua criação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

até os dias atuais. Durante séculos essa afirmação seria impossível de ser compreendida, pelo desconhecimento e despreparo dos estados/países que marginalizavam essa parcela de indivíduos. Costa (2012 p. 81):

Nesse aspecto, cumprenos ressaltar que na Era medieval, por exemplo, nos países europeus, os chamados defeituosos, mal constituídos, considerados como sobrenaturais, ainda eram colocados às margens da convivência social, segregados, excluídos, perseguidos, rotulados de inválidos, considerados como seres sem nenhuma importância para a sociedade da época.

Ainda Costa (2012 p. 83):

[...] No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu, no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos, por acreditarem que criança nascida com deficiência não tem condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender [...].

Perceber essas práticas em nossos dias não deixa de ser algo incompreensível e cruel diante de tantos ‘avanços tidos até aqui pela humanidade’. No entanto, é visível que a exclusão do deficiente visual não é só
construíd

a do agora, do imediato, de uma formação particular deste século, mas, considerada uma “praga” que vem se reproduzindo rotineiramente com o passar do tempo.

Contudo, com o advento do Cristianismo ocorreram mudanças nas atitudes sociais. Estas foram fundamentais para elevar os valores morais e religiosos relacionando natureza e Deus, criando assim, novas ideias sobre o surgimento do ser humano, “ser divino”. Seguindo esse pensamento, Flach (2014. p. 15), diz que:

Começam a ser dados, a partir daí os primeiros sinais de mudança em relação às condições a que os deficientes eram submetidos, pois a doutrina cristã percebe que todo o ser humano, como filho e filha de Deus, deve ser amado, acolhido e respeitado, independentemente de seus problemas ou deficiências.

Todavia, apesar das colocações benéficas já apontadas, ainda não pode se dizer, é que, acabou a segregação, exclusão, ou discriminação da pessoa com necessidade especial na sociedade em que vivemos. Na escola muita vez a repreensão de discentes passa dentro de aspectos “normais” na rotina diária estudantil, sobre esta colocação é importante nos situarmos na fala de Costa (2012 p. 46):

[...] Esses processos ainda carregados de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

preconceitos isolam na escola o aluno diferente, o estranho, o deficiente, aqueles que às vezes são rotulados como inválidos, incapazes, impróprios ao sistema de ensino.

Dentro desse contexto é perceptível que parte do sistema educacional flui separando a pessoa desprovida de algum recurso, seja ele, físico, visual ou outro o que vem a ser outra exclusão. Com leitura em Fonte (2005, p. 27), entende-se que no século XX houve uma preocupação maior por parte dos países que se comprometeram em discutir a inclusão no âmbito do ensino regular, aproximando assim do que viria a se entender como escola inclusiva. Para tanto, Fonte (2005, p. 27) afirma que:

[...] O primeiro passo para garantir a inclusão é o acesso e permanência, de forma significativa, da pessoa com deficiência no sistema escolar, para que possa exercer, futuramente, a sua cidadania na sociedade.

Logo para tamanha responsabilidade faz-se necessário uma boa infraestrutura escolar e qualificação profissional que colabore não só para mais um “diferente na escola”, mas, que prepare estas pessoas para um futuro bem sucedido, de forma justa e “humanizante”. Todavia, a inclusão na escola nos dias atuais é de fundamental importância mesmo que para alcança tal proeza ainda

esteja longe da realidade de nossa sociedade, contudo, é relevante o empenho e dedicação de algumas instituições em prol de minimizar esta diferença entre os direitos educativos postos para a sociedade, tal como vem acontecendo na escola Wilson Gonçalves de Crato/CE.

O sistema escolar e a educação do deficiente visual

É notável que o Ensino Público brasileiro nas últimas décadas tem buscado fomentar a presença de pessoas com necessidades especiais no ensino regular incluindo-os em salas de aulas, possibilitando cada vez mais oportunidade e igualdade para formação pessoal de cada pessoa “com (ou sem) deficiência”, construindo um elo entre a diversidade do ambiente escolar, permitindo minimizar a distância das pessoas no meio social.

A respeito desta inclusão social, Costa (2012, p. 3) diz:

A escola que abraça a diversidade na pluralidade, que respeita as diferenças, que vê no outro e no diferente a possibilidade de convivência, embora sendo todos dessemelhantes, necessariamente deve primar por algumas metas, o saber; [...].

Partindo dessa premissa, as escolas, além de buscar incluir todos os alunos no



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

espaço escolar, devem ser pertinentes na luta para uma formação mais justa, decente e igualitária de seus educandos, construindo educação de qualidade para todos. Fazendo isto, a instituição sai da mesmice que muitas vezes ‘era imposta no passado’ através da exposição do indivíduo, segregação na escola e separando da vivência do mundo social.

Portanto, a participação do deficiente na escola pública é muito importante. No colégio Estadual a luta não é diferente, a inclusão da pessoa com D.V na sala de aula é parte deste esforço, mesmo sabendo dos desafios a serem enfrentados pelos discentes e docentes na escola. A professora do Estadual Maria, expressa numa das questões sua dificuldade de trabalhar o conteúdo que abrange os presentes em sala de aula:

As dificuldades são muitas: falta apoio pedagógico e materiais que se possa trabalhar com este aluno D.V e incentivo, não por parte da gestão escolar, mas, ajudas governamentais, (Maria, 2015).

Todavia, percebe-se a fragilidade que a instituição se encontra de materiais adequados e falta de compromisso entre alguns gestores (municipal e estadual) em promover suporte, bem como, cursos de qualificação dos profissionais das escolas para ampliar a construção de conhecimento. Costa (2012. p. 112), afunila a discussão afirmando:

No sistema inclusivo brasileiro não vimos ainda grandes investimentos público no que se refere à qualificação, preparação, formação e habilitação dos professores para trabalharem nas escolas que têm, em suas fileiras, estudantes com algumas deficiências física, sensorial, motora e/ou múltipla.

Mediante a este contexto muita vez o aluno que não tem o recuso da visão passa despercebido ao olho do professor dentro da sala de aula, porque o docente não tem uma qualificação adequada para instruir uma aprendizagem de qualidade com o aluno. O professor do colégio Wilson Gonçalves, afirma, “me considero despreparado, pois não tenho habilidade e nunca passei por nenhuma formação”, (Julio, 2015).

Portanto, sabendo das dificuldades enfrentadas pelos atuais profissionais da educação neste “novo cenário” do ensino público brasileiro, mas, cabe também aos mesmos/docentes e formandos buscarem informações a respeito da necessidade educacional especial de seus alunos, para o ritmo da educação tornar-se uma força única capaz de desenvolver habilidade de cada estudante. Para tanto encoraja Costa (2012. p. 27):

[...] Resta-nos, contudo, empenho, dedicação, vontade, pois mudar o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

modelo que ai esta posto durante décadas, eliminar barreiras que impedem nossas ações, quebrar paradigmas conservadores que nos marginalizam que nos oprimem e nos excluem romper obstáculos que nos impossibilitam de lutarmos pela nossa independência, são entre outros, os maiores desafio aos docentes nesse novo milênio que hora se inicia.

Mesmo assim, sabemos que a responsabilidade dos poderes Municipais, Estaduais e Federal não é minimizada, ao contrário, aumenta por ser dever e obrigação dos mesmos promover educação para todos, assim como criar e manter estes espaços (escolas) de ambientes públicos, bem como construir acessibilidades para que todos os educandos sejam engajados.

No entanto, o comodismo vivenciado entre parte dos segmentos que compõe a sociedade, associados à fragilidade do regimento educacional brasileiro, torna dificultosa a prática/regência educativa que abranja a diversidade perante a sala de aula por muita vez não haver um consenso do coletivo (educados, escola e sociedade).

A culminância desta prática dentre outras é visível quando se observa em sala de aula, 'o discente disperso' não entende que é de fundamental importância para seu colega ouvir o professor já que esse é o seu recurso

mais possível para compreender a aula, além da cooperação de todos para transpor dessa e das outras habilidades, para aprender a explicação a partir desta percepção. Essa seria então a parte construtiva da aprendizagem onde se aproximando da inclusão?

No Colégio Wilson Gonçalves, o discente com D.V encontra no seu cotidiano um laboratório com alguns materiais didáticos, uma professora especialista na prática inclusiva e alunos voluntários que possibilitam ao aluno (Louis) ter uma melhor interatividade com os colegas e com a práxis da escola.

Contudo, na prática da observação identifica-se a falta de preparo profissional por parte da maioria dos professores e da própria gestão escolar, que além da preocupação administrativa do colégio/estabelecimento de ensino, tem buscado promover mudanças qualitativas para educação inclusiva.

O ensino e seus desafios para aprendizagem da pessoa com necessidades visuais

Diante do que já foi visto sobre o ensino regular para pessoa com necessidade de ensino especial, é notável que a regulamentação ou modificação do sistema curricular educacional brasileiro faz-se necessário, para a aprendizagem do aluno que não possui o recurso visual. O sistema Braille



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

utilizado na educação tátil, desde a sua primeira utilização escolar vem abrindo estas portas, em transformação e ampliando a diversidade no ensino-aprendizagem das instituições de ensino.

Adaptações no modo de ensino, nos espaços de construções de conhecimentos são fundamentais. Com leitura em Silva (2013. p. 35), é fácil compartilhar de sua afirma:

[...] adaptações curriculares mostrou-se relevante, pois em vários momentos é apresentada como a metodologia mais apropriada para realizar a inclusão no que diz respeito à aprendizagem de alunos com deficiência.

Assim, ficando claro que a estrutura da instituição é tão importante quanto ter pessoas que lhe proporcione a instrução, mesmo sabendo que a interatividade entre os membros complementares escolares (gestão, professores e alunos com ou sem visão) também fazem parte deste processo coeso a inclusão. Almeida, (2002. p. 50), diz:

O convívio com essas práticas pedagógicas abrirá um vasto campo de possibilidades para quem, a priori, parece tão distante das coisas mais elementares, absolutamente necessárias e possíveis dentro de uma nova postura educacional.

Em complementação ao que o autor nos traz, Louis (2015), expressa que se sentiria mais incluído se houvesse uma maior participação dos demais colegas de sala no laboratório, assim como, a coordenação realizasse mais eventos que viesse a divulgar a importância da educação inclusiva no ensino regular dentro da coletividade na escola e na comunidade que a circunda. O que viria ultrapassar um dos maiores desafios citado por Costa (2012. p. 23):

Um dos maiores desafios da educação inclusiva é lutar para eliminar as barreiras que assustam e que comprometem o livre acesso de todos ao conhecimento, ao saber elaborado e à participação livre, espontânea (...).

Portanto a educação inclusiva está muito mais além do que a simples aprendizagem de uma pessoa com educacional especial, muito mais que o cumprimento da Lei que obriga a escola pública inserir no seu espaço a pessoa com deficiência, é um processo ascendente que envolve todas as pessoas e seus aspectos culturais e sociais, desde então espelha na luta e dedicação para um dia chegarmos numa educação coletiva na diversidade escolar tanto falado.

Metodologia:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Este estudo está embasado e fundamentado no levantamento teórico através de textos, em site, livros, etc. Seguida da observação do aluno com necessidade educacional especial na prática pedagógica em sala de aula, também com aplicação de perguntas estruturadas e semiestruturadas, além de conversa informal com o discente e professores, que vem fomentar contribuições importantes para formação deste documento.

Resultados/Discussões

Mediante ao que já foi relatado, é perceptível na inclusão de pessoa com necessidade educacional especial na escola de ensino regular, que mesmo em processo lento, cabe ressaltarmos que nos últimos anos as instituições de ensino vêm cada vez mais abrindo seus horizontes para recepcionar todos em seus espaços pedagógicos.

Assim, conota-se que na escola Wilson Gonçalves, a inclusão de Louis está acontecendo de forma moderada levando em conta as atuais condições estruturais do colégio para assegurar um ensino-aprendizagem de qualidade. Todavia na mesma, são visíveis que as dificuldades em chegar ao êxito da inclusão tornando-se constantes, mais enfrentados, não só pelo discente como também, por grande parte dos membros que compõe a instituição (funcionários, amigos entre outros).

Para tanto, podemos considerar como outro ponto positivo, a flexibilidade da escola enquanto ao acolhimento de discente universitário em prol do ensino abrangente que não se restringe apenas aos alunos ditos “normas ou não”, professores e diretores, mas, toda a comunidade que lhe rodeia, através dela (escola) pode se subsidiar de elementos para fomentação da aprendizagem em conjunto.

Portanto, diante da proposta deste trabalho, podemos dizer que os desafios enfrentados por Louis contribuem/possibilitam para que outras pessoas com necessidade educacional especial possam vivenciar a educação inclusiva no ensino regular, contudo viabilizando a diversidade no âmbito escolar do ensino público.

Com a observação em sala de aula conseguimos notar que muitas vezes o professor se sente despreparado por não ter passado sobre uma especialização para lhe dá com este público. Com tudo, a carência de profissionais em auxiliar a pessoa com D.V na escola revela que os incentivos a formação docência tem pouco espaço entre os cursos ofertados em na cidade.

Outros tópicos importantes a ser colocado ao observar, é a desconcentração dos alunos ditos “normais” na hora que o professor está explicando o conteúdo,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

prejudicando o discente que tem a audição como principal meio de interação à informação. Além de falta de materiais suficiente para manusear algumas atividades em sala-aula, limitando a habilidade do discente ao laboratório.

Porém, diante deste último trecho, vale ressaltar o empenho entre alguns estudantes ditos 'normais' que dedicam algumas horas de forma voluntária ao laboratório da escola em prol de assegurar que o educando com necessidades educacionais especiais sintam-se como parte da instituição e de fato como realmente é.

Conclusões

Desse modo, o desenvolvimento deste artigo ao trabalhar a inclusão da pessoa com falta da percepção visual no âmbito do ensino regular, revela ser de fundamental importância para a divulgação e o incentivo na propagação do ensino inclusivo sobre conivente a todas as pessoas terem direito a educação gratuita. O compromisso afirmado na instituição sobre a inclusão faz com que a mesma rompa a barreira da desigualdade e promova não só o conhecimento, mas, possibilitar a capacidade de pensar do seu educando.

Referências

ALMEIDA, M. da G. de S. Fundamentos da alfabetização: Uma construção sobre quatro pilares. **Revista Benjamin Constant** – Edição 22 – Agosto de 2002. Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=Fundamentos+da+alfabetiza%C3%A7%C3%A3o:+Uma+constru%C3%A7%C3%A3o+sobre+quatro+pilares&gws_rd=cr&ei=xcUzV-WyCcKZwATnir-4Dw. Acesso em: 02 Fev. 2016.

ANDRADE, L. D. Concepções Sobre Educação Inclusiva em uma Escola Regular da Rede Federal em Minas Gerais. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. 15 de Outubro, 2009. f 115. Grau (Especialização) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá. Mato Grosso, 2009. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006111004711luciana_dantas_andrade.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2016.

COSTA, V. B. da. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. 4 ed. Paco Editorial. Jundiaí, São Paulo, 2012.

FLACH, V. F. O currículo adaptado e a construção da escola inclusiva. f 99. Tese (Mestrado). Universidade Feevale. Novo Hamburgo fevereiro 2014. Rio Grade do Sul, 2014.

FORTES, V. G. G. de F. A inclusão de pessoas deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos. Natal, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão, Brasília, Outubro, 2009. p. 208. Disponível em: [ttp://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006111004711luciana_dantas_andrade.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006111004711luciana_dantas_andrade.pdf). Acesso em 14 de Novembro, 2015.

MIRANDA, T. G; FILHO, T. A. G. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. 3 ed. **EDUFBA**, Salvador Bahia, 2012.

ROCHA, R. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

SANTOS, I. M. dos. A inclusão escolar e a educação para todos. 11 de janeiro 2010. F 143. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul,
2010.

SILVA, G. C. da. O discurso de professores referente à sua prática pedagógica voltada para alunos com deficiência na escola comum. 29 de Abril em 2013. f 86. Tese (Mestrado).

Universidade Feevale, Novo Hamburgo 29 de Abril. Rio Grande do Sul. 2013.

SÁ, E. D. de.; CAMPOS, I. M. de.; SILVA, M. B. C. **Atendimento especializado deficiente visual:**

Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual, SEESP / SEED / MEC, Brasília/DF – 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeedv.pdf>> Acesso em: Acesso em 03 de Fevereiro, de 2016.